



Grant Thornton

Octante Securitizadora S.A

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Octante Securitizadora S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Octante Securitizadora S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Octante Securitizadora S.A. (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação ao Patrimônio Separado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ocorrência, valorização, existência e exatidão dos recebíveis que servem de lastro para as transações de créditos financeiros

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a principal atividade da Companhia é a aquisição e a securitização de créditos financeiros. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação, emissão e a colocação das operações de securitização. Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos aos investidores. Devido a relevância desta transação para a Companhia, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser a principal atividade da companhia, além de ser uma área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria, foram mas não se limitaram: (i) conciliação contábil da carteira em sua totalidade; (ii) recálculo do valor presente da totalidade dos recebíveis com base nas taxas de juros e demais condições pactuadas contratualmente; (iii) exame da existência por meio da verificação do contrato por amostragem; (iv) testes documentais para os recebimentos financeiros do direito creditório por amostragem; (v) recálculo da provisão para perdas esperadas dos direitos creditórios conforme política estabelecida pela Companhia; e (vi) análise da aderência das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis..

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento dos ativos e o resultado obtido no exercício foram adequados no contexto das demonstrações contábeis da Companhia.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Securitizadora, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Securitizadora. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Securitizadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Securitizadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Securitizadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Securitizadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Securitizadora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Securitizadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Securitizadora a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de abril de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

Octante Securitizadora S.A.
CNPJ 12.139.922/0001-63

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Ativos	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalente de caixa	3	665	678
Clientes		40	-
Adiantamento a terceiros		8	-
Impostos a recuperar	4	155	138
Contas a receber	5	71	32
Total do ativo circulante e realizável a longo prazo		939	848
Imobilizado	6	70	93
Intangível	6	-	2
Total do ativo não circulante		70	95
Total do ativo		1.009	943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Octante Securitizadora S.A.
CNPJ 12.139.922/0001-63

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Passivos	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	8	272	15
Impostos e contribuições	9	136	132
Obrigações trabalhistas	9	22	22
Outras obrigações	10	8	63
Adiantamento de clientes		31	24
Total do passivo circulante e exigível a longo prazo		469	256
 Patrimônio líquido			
Capital Social	11	135	135
Reserva Legal	11	27	27
Reserva de Lucros		378	525
		540	687
 Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.009</u>	<u>943</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Octante Securitizadora S.A.
CNPJ 12.139.922/0001-63

Demonstrações do resultado
Período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto lucro básico por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita líquida	12	1.647	1.231
Lucro bruto		1.647	1.231
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(1.584)	(1.156)
Despesas tributárias	13	(9)	(20)
Depreciações e Amortizações	13	(31)	(32)
Outras receitas (despesas) operacionais	13	1	35
Resultado operacional		24	58
Receitas financeiras	14	55	24
Despesas financeiras	14	(49)	(2)
Resultado financeiro		6	22
Resultado antes dos impostos		30	80
Imposto de renda e contribuição social	15	(9)	(19)
Lucro líquido do exercício		21	61
Resultado por ação - básico (em R\$)		0,15568	0,45222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Octante Securitizadora S.A.
CNPJ 12.139.922/0001-63

Demonstrações do resultado abrangente
Período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>01/01/2022 a 31/12/2022</u>	<u>01/01/2021 a 31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	21	61
Outros Resultados Abrangentes (ORA)		
Resultado abrangente do exercício	<u><u>21</u></u>	<u><u>61</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Octante Securitizadora S.A.
CNPJ 12.139.922/0001-63

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Nota	Atribuível aos acionistas controladores				
	Capital social integralizado	Reserva legal	Reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	135	10	146	-	291
Resultado líquido do exercício				262	262
Constituição de Reserva legal	12	13		(13)	0
Dividendos	12			(62)	(62)
Constituição de Reserva de lucros			187	(187)	0
Saldo em 31 de dezembro de 2019	135	23	333	-	491
Constituição de reserva legal	12	4		(4)	-
Dividendos	12			(48)	(48)
Constituição de reserva de lucros	-		146	(146)	-
Resultado líquido do exercício				198	198
Saldo em 31 de dezembro de 2020	135	27	479	-	641
Dividendos	12			(15)	(15)
Constituição de reserva de lucros	-		46	(46)	-
Resultado líquido do exercício				61	61
Saldo em 31 de dezembro de 2021	135	27	525	-	687
Dividendos distribuídos	12		(160)	-	(160)
Dividendos do exercício				(8)	(8)
Constituição de reserva de lucros	-		13	(13)	-
Resultado líquido do exercício				21	21
Saldo em 31 de dezembro de 2022	135	27	378	-	540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Octante Securitizadora S.A.

CNPJ 12.139.922/0001-63

Demonstração dos fluxos de caixa Período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		21	61
Ajustes para:		31	31
- Depreciação e amortização		31	32
Variações nos ativos e passivos		110	77
Adiantamento a terceiros		(8)	-
Impostos a recuperar		(17)	30
Contas a receber		(39)	48
Clientes		(39)	-
Fornecedores		257	(7)
Impostos e contribuições		4	4
Obrigações trabalhistas		-	1
Outras obrigações		(55)	-
Adiantamento a clientes		7	-
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		162	169
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(6)	(18)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(6)	(18)
Dividendos pagos		(169)	0
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		(169)	0
(Redução líquida)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(13)	151
(Redução líquida)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(13)	151
Variação em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		678	527
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		665	678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Octante Securitizadora S.A.

CNPJ 12.139.922/0001-63

Demonstrações do valor adicionado Período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas		1.823	1.363
Outras Receitas		1	35
Insumos adquiridos de terceiros			
Serviços de terceiros e outros		(1.356)	(940)
Valor adicionado bruto		<u>468</u>	<u>458</u>
Depreciação e amortização		(31)	(32)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>437</u>	<u>426</u>
Valor adicionado recebido em transferência		<u>55</u>	<u>24</u>
Receitas financeiras		55	24
Valor adicionado total a distribuir		<u>492</u>	<u>450</u>
Distribuição do valor adicionado		492	450
Pessoal		<u>229</u>	<u>216</u>
Remuneração direta		123	113
Benefícios	18	71	71
F.G.T.S		6	6
Outros		29	26
Impostos, taxas e contribuições		<u>193</u>	<u>170</u>
Tributos Municipais, Estaduais e Federais		193	170
Remuneração de capitais de terceiros		<u>49</u>	<u>3</u>
Despesas financeiras		49	3
Remuneração de capitais próprios		<u>21</u>	<u>61</u>
Lucros retidos /prejuízo do período		21	61
Valor total adicionado		<u><u>492</u></u>	<u><u>450</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Octante Securitizadora S.A. ("Companhia") foi constituída em 03 de maio de 2010 sob a denominação de Mazomba SP Participações S.A. e teve seu registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) efetuado em 17 de junho de 2010.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de outubro de 2010, foi alterada a denominação social para Octante Securitizadora S.A.

A Companhia tem por objeto: **(i)** a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito do agronegócio; **(ii)** a aquisição e securitização de quaisquer direitos de crédito imobiliário e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário; **(iii)** a emissão e a colocação, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio que sejam compatíveis com as suas atividades; **(iv)** a emissão e a colocação, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário que sejam compatíveis com as suas atividades; **(v)** a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio ou de direitos de crédito imobiliário e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Certificados de Recebíveis Imobiliários ou outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio ou em direitos de crédito imobiliário, incluindo, mas não se limitando a, administração, recuperação e alienação de direitos de crédito; **(vi)** a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia obteve seu registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como emissora de valores mobiliários na categoria "B" em conformidade com as disposições da Instrução CVM nº 480/2009, em 14 de fevereiro de 2011, através do Ofício/CVM/SEP/RIC/nº 07/2011, e iniciou suas operações em setembro de 2011, com a primeira prestação de serviços.

A matriz da Companhia está localizada na Rua Beatriz, 226 – Alto de Pinheiros – São Paulo – SP.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas em milhares de reais conforme a moeda funcional da Companhia (Real), as quais abrangem a legislação societária (contendo as alterações introduzidas pela Lei no 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007), as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Conforme previsto na Lei nº 9.514/97, as companhias securitizadoras de crédito imobiliário estão obrigadas a manter a contabilidade individualizada para cada securitização de crédito imobiliário (projeto). Dessa forma, as demonstrações financeiras anuais da Companhia incluem os saldos relativos à Octante Securitizadora S.A., bem como os saldos relativos aos projetos.

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Real, e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de abril de 2023

2.1. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas informações são as seguintes:

a) Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 9%, sobre o lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos estão demonstrados pelo valor líquido de realização e/ou formação. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Incluem aplicações financeiras mencionadas na Nota Explicativa nº 3.

e) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de instrumentos financeiros mantidos para negociação e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

f) Demais ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base para o pro rata dia) auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base pro rata dia) incorridos.

g) Reconhecimento de ativo financeiro

O tratamento contábil de reconhecimento de ativos financeiros depende da extensão em que a Companhia está exposta aos riscos, benefícios e controle relacionados aos ativos financeiros onde a Companhia atuou como emissora dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e os transferiu a terceiros. Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros – venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que prevê a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, securitização de ativos na qual a Companhia não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares, e outras hipóteses similares – o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

Desse modo, ativos financeiros somente são baixados quando os direitos sobre os fluxos de caixa que foram gerados tiverem sido extintos ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes tiverem sido transferidos a terceiros. Similarmente, passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações geradas tiverem sido extintas ou quando forem adquiridos com a intenção de serem cancelados ou revendidos.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- (i) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em Nota Explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;
- (ii) Obrigações legais são registradas na mesma rubrica dos passivos contingentes, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

i) Imobilizado

São reconhecidos pelo valor de custo de aquisição, deduzidos da depreciação ou perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A depreciação é reconhecida no resultado da Companhia tendo como base o método linear com relação às vidas úteis que são estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- **Equipamentos de informática:** 05 anos ou 60 meses;
- **Móveis, utensílios e central telefônica:** 10 anos ou 120 meses;
- **Instalações:** 10 anos ou 120 meses.

j) Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos separadamente e são mensurados pelo valor de custo de aquisição no momento de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao seu valor de custo de aquisição subtraindo-se a amortização acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A vida útil dos ativos intangíveis adquiridos foi avaliada pela Companhia e definidas, pelo prazo de vida estabelecido em 05 anos ou 60 meses conforme legislação fiscal.

k) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

Reconhecidos, se aplicável, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*;
- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

l) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras anuais conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias registradas na CVM.

m) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

3. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro de 2022 é composto:

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	1	16
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	664	662
Total	665	678

- (i) O montante é composto por: **(a)** Aplicações financeiras de liquidez imediata (Itaú Soberano RF Simples LP FICFI), com liquidez imediata, realizadas junto ao Itaú Unibanco S.A., não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer momento, portanto, são consideradas como equivalentes de caixa; e **(b)** Aplicações financeiras de liquidez imediata (Bradesco Corporate FIC FI RF Referenciado DI Federal), com liquidez imediata, realizada junto ao Banco Bradesco S.A não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer momento, portanto, são consideradas como equivalentes de caixa.

4. Tributos a recuperar

Referem-se aos impostos recolhidos na fonte sobre faturamento e imposto de renda sobre resgates de aplicações financeiras de exercícios anteriores que serão objeto de compensação durante o exercício posterior.

	31/12/2022	31/12/2021
CSLL sobre faturamento	-	1
Cofins sobre faturamento	-	1
PIS sobre faturamento	1	-
Saldo negativo IRPJ	72	70
Saldo negativo CSLL	46	31
Outros impostos a recuperar	36	35
Total	155	138

(i) O saldo com outros impostos a recuperar refere-se a créditos oriundos de pagamentos em duplicidades e que serão compensados em exercício posteriores.

5. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a receber refere-se aos gastos reembolsáveis relacionados ao pagamento de despesas que serão reembolsados à Entidade posteriormente no valor de R\$ 66 (em 31/12/2021 – R\$ 18) e saldo corrigido em aplicações financeiras a ser repassados pelo os patrimônios separados, no valor de R\$ 5 (em 31/12/2021 – R\$ 14).

6. Ativo imobilizado e intangível

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia acumulou um saldo líquido de depreciações e amortizações com investimentos em R\$ 71, sendo no ativo imobilizado R\$ 70 (em 31/12/2020 – R\$ 93) e no intangível o montante R\$ 1 (em 31/12/2021 – R\$ 2) da Companhia, e estão distribuídos da seguinte forma:

Ativo imobilizado	31/12/2021	Baixas	Adições	Depreciação	Baixa	
					Depreciação	31/12/2022
Central telefônica	4	-	-	(1)	-	3
Móveis e utensílios	33	-	-	(6)	-	27
Equipamentos de informática	46	(21)	6	(20)	21	32
Instalações	2	-	-	(1)	-	1
Máquinas e equipamentos	8	-	-	(1)	-	7
Total	93	(21)	6	(29)	21	70

Ativo intangível	31/12/2021	Baixas	Adições	Amortização	Baixa	
					Amortização	31/12/2022
Softwares	2	-	-	(2)	-	-
Total	2	0	0	(2)	-	-

7. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve transações com partes relacionadas realizadas cuja competência é da controladora.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante global da remuneração da Diretoria Executiva da Companhia foi de R\$ 30 (em 31/12/2021 – R\$ 38), englobando, além da remuneração direta, os respectivos encargos legais.

A política de remuneração que contempla a Diretoria Executiva da Companhia, que se refere à remuneração fixa, foi estabelecida na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014.

8. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022, referem-se aos montantes a pagar para os prestadores de serviços e outras contas a pagar o montante de R\$ 272 (Em 31/12/2021 – R\$ 15).

9. Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas

Os saldos de obrigações fiscais, sociais e trabalhistas em 31 de dezembro de 2022, referem-se aos impostos e contribuições a recolher, (FGTS, IRRF sobre salários, INSS, ISS, PIS, Cofins, CSRF, IRPJ e CSLL), no valor de R\$ 141 (Em 31/12/2021 – R\$ 138) e Férias e encargos – R\$ 17 (em 31/12/2021 – 16).

10. Outras obrigações

Os saldos de outras obrigações em 31 de dezembro de 2022, referem-se aos dividendos relativos ao lucro obtido no exercício no valor de R\$ 8 (em 31/12/2021 – R\$ 63), conforme calculo demonstrado na NE. 11.

11. Patrimônio líquido

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 135 (em 31/12/2021 – R\$ 135), dividido em 134.889 (em 31/12/2021 – 134.889) ações ordinárias nominativas.

A distribuição do lucro líquido da Companhia é realizada da seguinte forma: **(a)** absorção do saldo de prejuízos acumulados; **(b)** 5% para a constituição de reserva legal, até que ela atinja 20% do capital social; **(c)** 25% do saldo destinado ao pagamento do dividendo obrigatório; e **(d)** após as destinações mencionadas anteriormente, será decidido em Assembleia Geral Ordinária, com realização no dia 29 de abril de 2021, a destinação do saldo restante para em reserva de lucros.

Em 31 de dezembro de 2022, os dividendos foram calculados como segue:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	21	61
Valor destinado para constituição de reserva legal (i)	-	-
Base de cálculo dos dividendos	35	61
Percentual utilizado	25%	25%
Dividendos propostos	8	15

(i) Em 2022 não houve cálculo de Reserva legal, a companhia já destinou o limite máximo a 20% do capital social

11.2 Dividendos distribuídos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou a distribuição de dividendos relativos aos exercícios anteriores, conforme aprovado pela diretoria em ratificado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de outubro de 2022. Demonstramos abaixo a abertura dos dividendos distribuídos no período:

Ano-base Valor distribuído:

	Ano base	Valor distribuído
Dividendo relativo ao lucro de exercícios anteriores	2014	4
Dividendo relativo ao lucro de exercícios anteriores	2015	97
Dividendo relativo ao lucro de exercícios anteriores	2016	59
Total distribuído		160

12. Receita líquida

As receitas operacionais líquidas são compostas por:

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Serviços prestados	1.823	1.363
PIS, COFINS e ISS	(176)	(132)
	1.647	1.231

13. (Despesas) receitas operacionais

As despesas gerais, administrativas, tributárias e demais receitas, referem-se substancialmente:

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Consultoria (i)	(507)	(191)
Auditoria	(50)	(39)
Publicidade e Propaganda	-	(1)
Despesas de pessoal (ii)	(228)	(216)
Água/luz/telefone/Internet	(73)	(83)
Serviços de contabilidade	(108)	(108)
Serviços de Informações	(38)	(32)
Serviços Gráficos	-	(1)
Honorários Advocatícios (iii)	(171)	(110)
Taxas da CVM e Bovespa	(27)	(19)
Material de consumo/escritório	(37)	(17)
Depreciações e Amortizações	(31)	(32)
Anúncios e publicações	(24)	(70)
Manutenção de Equipamentos	(3)	(5)
Manutenção e Reparos	(12)	(7)
Locação de Equipamentos	(15)	(12)
Refeições e Lanches	(1)	-
Despesas Tributárias	(9)	(20)
Mensageiros	(1)	(6)
Segurança	(6)	(6)
Copa e Cozinha	(9)	(4)
Viagens e estadias	(26)	(16)
Seguros	(38)	-

01/01/2022 a 31/12/2022 01/01/2021 a 31/12/2021

Associação de Classe	(36)	(36)
Pequenas Imobilizações	(18)	(13)
Cartório	(2)	(5)
Taxi	(4)	(25)
Despesas de Software	(92)	(87)
Despesas Contratuais	(15)	(24)
Conservação e Limpeza	(13)	(13)
Outras Despesas	(30)	(10)
Outras Receitas	1	35
Total	(1.623)	(1.173)

(i) Substancialmente refere-se à prestação de serviço da Manchester Corretora de Seguros e Treinamento referente à consultoria cujo valor acumulado em 2022 é de R\$ 300 (R\$ - em 31 de dezembro de 2021).

O segundo maior refere-se à Alfinvest Consultoria e Negócios Ltda. referente a consultoria de processos cujo valor acumulado de 2022 é de R\$ 100 (R\$ 144 – em 31 de dezembro de 2021).

O terceiro maior refere-se à Rio Capital Performace e Treinamento Ltda. referente à consultoria cujo valor acumulado de 2022 é de R\$ 92 (R\$ em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Substancialmente referem-se a folha de pagamento, pró-labore, encargos e benefícios no montante de R\$ 228 (R\$ 216 em 31 de dezembro de 2021).

(iii) Em 2022 houve a contratação de consultoria jurídica da Kassow e Ribeiro Braga Advogados no valor de R\$ 138 (R\$ em 31 de dezembro de 2021).

14. Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto pelas receitas auferidas exclusivamente por aplicações em certificados de depósitos bancários, fundos de investimentos e reduzidos das despesas financeiras em 2022 e 2021 conforme demonstrado a seguir:

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Receitas de aplicações financeiras	55	24
Despesas financeiras diversas	(49)	(2)
Total	6	22

15. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	31	80
(+) Adições	7	-
Base de Cálculo IRPJ e CSLL	38	80
Taxa efetiva para Impostos - 24%	9	19
Benefício adicional do IRPJ 10% 240 mil	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente/Diferido	9	19

16. Benefícios aos empregados

Os benefícios a empregados concedidos pela Companhia referem-se, basicamente, aos benefícios de curto prazo que envolvem auxílio refeição e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Auxílio refeição	(6)	(23)
Auxílio alimentação	(14)	-
Assistência médica	(51)	(48)
Total	(71)	(71)

17. Gestão de riscos e análise de sensibilidade

Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de terceiros dos valores contratados. O caixa da Companhia é investido em títulos de renda fixa ou em depósitos bancários de liquidez diária e junto às instituições de primeira linha. Esses investimentos estão sujeitos ao risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía R\$ 665 (31/12/2021 - R\$ 678) em aplicações em instituições financeiras brasileiras conforme saldos na Nota Explicativa nº 3.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Risco de mercado

O caixa da Companhia é investido em operações compromissadas, indexados às taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

Risco de taxa de juros

O caixa da Companhia pode ser investido em operações compromissadas ou Certificados de Depósito Bancário (CDBs), indexados às taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

18. Adoção da Resolução CVM nº 60 – Regime dos certificados de recebíveis do agronegócio e recebíveis imobiliários

Em 23 de dezembro de 2021 foi emitida a instrução normativa CMV nº 60, que dispõe sobre a regulamentação do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), apresentando mudanças significativas relativas às operações que compõem o patrimônio separado, que atribui à elaboração das demonstrações financeiras individuais de cada patrimônio separado, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às companhias abertas e auditadas por auditores independentes.

Devido às modificações dessa instrução, a Companhia deixou de apresentar nestas demonstrações financeiras a informação suplementar das demonstrações financeiras fiduciárias, que vinham sendo apresentadas nas notas explicativas desde as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e ITR de 30 de setembro de 2018, que por sua vez serão apresentadas de forma individualizada e entregue à CVM na data em que forem colocadas à disposição do público, o que não deve ultrapassar 03 meses (90 dias) do encerramento do exercício social de cada patrimônio separado, acompanhadas de relatório do auditor independente.

Conforme estabelecido pela Resolução CVM nº 60, a data do encerramento do exercício de cada patrimônio separado, para fins de elaboração das demonstrações individuais, deve ser 30 de junho, 30 de junho, 30 de setembro ou 31 de dezembro de cada ano, dessa forma, a Companhia determinou as seguintes datas de encerramento do exercício de cada patrimônio separado da securitizadora:

Série/emissão	CRA/CRI	Data de encerramento do exercício
23a Série da 1a Emissão	CRA	30 de set
2a e 3a Série da 1a Emissão	CRI	30 de jun
4a e 5a Série da 1a Emissão	CRI	30 de jun
1a e 2a Série da 16a Emissão	CRA	31 de dez
1a, 2a e 3a Série da 24a Emissão	CRA	30 de set
1ª, 2ª, 3ª e 4ª Série da 25ª Emissão	CRA	31 de dez
2ª Série da 26ª Emissão	CRA	31 de mar
Série Única da 27ª Emissão	CRA	30 de jun
Série Única da 29ª Emissão	CRA	30 de set
1ª e 2ª Série da 30ª Emissão	CRA	31 de dez
Série Única da 32ª Emissão	CRA	31 de dez
1ª e 2ª Série da 5a Emissão	CRI	30 de nov
Série Única da 34a Emissão	CRA	31 de dez
1a, 2a e 3a Série da 35ª Emissão	CRA	31 de dez

19. Outros

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

20. Contingências

A Companhia faz periodicamente uma avaliação de seus riscos contingenciais baseado em fundamentos jurídicos, econômicos, tributários e contábeis como perdas possíveis. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los da melhor forma, segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade, dentre as seguintes alternativas: prováveis, possíveis ou remotas.

A referida contingência cível trata-se de embargos à execução opostos visando à desconstituição do título executivo e aplicação da penalidade prevista no artigo 940 do Código Civil, considerou que João Flávio Lopes não foi notificado da cessão relativa ao patrimônio separado da 23ª série da 1ª emissão.

	31/12/2022		Qtde	31/12/2021	
	Possíveis			Possíveis	Qtde
Contingências cíveis	-	-		5.981	11
Contingências tributárias	636	1		-	-
Total	-	-		-	-

21. Serviços prestados pelo auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da CVM, a Companhia, Octante Securitizadora S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, situado na Rua Beatriz, nº 226, Pinheiros, São Paulo SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.139.922/0001-63, no período, não contratou e nem teve serviços prestados pela empresa Grant Thornton Auditores Independentes Ltda relacionados a esta Companhia, que não o serviço de exame de demonstrações contábeis.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

22. Eventos Subsequentes

Até o momento a Companhia não identificou eventos relevantes após o encerramento do exercício.

* * *